Ex-presidente da Câmara da Serra deverá ressarcir 310 mil VRTE

(Processo 1545/2011)

O presidente da Câmara Municipal da Serra no exercício de 2010, Raul Cesar Nunes, foi condenado a ressarcir ao erário o valor correspondente a 310.203,46 VRTE, devido ao pagamento dos contratos 13/2007 e 20/2009, ambos com objetos idênticos e com a mesma finalidade qual seja: serviços taquigráficos e estenográficos. A área técnica apontou que, de março de 2009 até o final de 2010, o Legislativo pagou para empresas distintas realizarem o mesmo serviço na Câmara.

O responsável foi ainda multado em 10 mil VRTE. O colegiado, seguindo voto do relator, conselheiro Rodrigo Chamoun, entendeu estar demonstrado nos autos o excessivo número de comissionados no Legislativo municipal, razão pela qual mantiveram a irregularidade. O relator ponderou que na Câmara da Serra há 15 assessores por gabinete de vereador e na Assembleia do Espírito Santo o número é de no máximo 18 cargos de provimento em comissão.

Além das irregularidades acima citadas, foram mantidos os seguintes apontes: prorrogação irregular de contratos; contratação irregular de pessoal; contratação de assessorias para serviços rotineiros; e emissão de empenho posterior à Nota Fiscal. Quanto a esta última, a coordenadora financeira à época, Jane Ribeiro Lopes, também foi responsabilizada e apenada ao pagamento de multa de 1 mil VRTE.

Ainda no julgamento, o colegiado determinou que a Câmara regularize, com urgência, o quadro de pessoal e se atente aos pilares da economicidade, efetividade, eficácia e eficiência para a definição do número de cargos comissionados para os gabinetes dos vereadores.

Também foi determinado que o Legislativo verifique o cumprimento do TAC assumido junto ao Ministério Público Estadual e, concomitantemente, apresente levantamento da necessidade de pessoal do Legislativo Municipal, reavaliando o quantitativo máximo de estagiários fixado por sua Portaria, o qual deverá levar em consideração o número de servidores atuantes naquela Casa de Leis. Ademais, a definição desse quantitativo deverá ser acompanhada das respectivas justificativas, dos servidores supervisores responsáveis bem com dos demais documentos probatórios.

Limitação de empresas em consórcio deve vir em edital

(Processo 9029/2013)

Seguindo parcialmente entendimento da área técnica e do Ministério Público de Contas, o Plenário deliberou pela manutenção de irregularidades apontadas em processo oriundo de representação onde se relata supostas irregularidades na Concorrência Internacional 1/2014, cujo objeto é a concessão administrativa para a ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário do município da Serra.

Um dos apontes questiona a limitação do número máximo de empresas consorciadas e percentual passível de subcontratação. O edital traz a possibilidade de contratação de consórcios com um número máximo de três empresas. Segundo o relator, conselheiro Carlos Ranna, o que restou como conduta indevida dos gestores foi a ausência de justificativa no ato administrativo que definiu restringir o número máximo de integrantes de cada consórcio interessado não havendo irregularidade na fixação em si, desde que justificada previamente.

Tendo em vista que não restou demonstrado que o vício procedimental causou dano ao patrimônio público, o Plenário deixou de acolher a proposta da área técnica de imposição de multa.

A outra irregularidade mantida foi a exigência de carta de conforto. O edital da Concorrência exigia, junto à proposta comercial, que a proponente apresentasse declaração de instituição financeira declarando que examinou o edital, o plano de negócios da proponente e sua proposta comercial, que considera que a proposta comercial e seu plano de negócio têm viabilidade econômica, e que considera viável a concessão de financiamentos necessários ao cumprimento das obrigações da futura concessionária, nos montantes e nas condições apresentadas pela proponente, configurando a chamada carta de conforto.

Segundo a área técnica, tal exigência é prática administrativa recente, não restando ainda totalmente pacificada no âmbito dos Tribunais de Contas, sendo objeto de muitas divergências. O entendimento adotado, no entanto, é no sentido de somente entender possível que se faça a exigência da empresa que efetivamente for vencedora do certame, e não em fase de habilitação.

Neste ponto, o relator manteve a irregularidade, mas deixou de aplicar multa, alegando que, em juízo de cognição sumária, a Corte entendeu que os elementos submetidos ao seu exame não eram suficientes para justificar a suspensão do procedimento licitatório. "Com essa decisão, a meu sentir, o Tribunal sinalizou de maneira clara que o gestor poderia prosseguir com o certame. Assim, ante o exposto, deixo de acolher a proposta de aplicação de multa", disse Ranna em seu voto.

Tribunal de Contas não realiza perícia judicial

(Processo 6645/2013)

Não faz parte do rol de competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas ações voltadas à tutela de direitos e interesses subjetivos. Sob esse argumento, o Plenário não conheceu de solicitação de membro do Poder Judiciário para a realização, pela Corte, de Auditoria Extraordinária ou Fiscalização para apuração de fatos no município de Colatina.

Em seu voto, o relator, conselheiro Sérgio Aboudib, destacou que a solicitação não preenche os requisitos de admissibilidade e destacou que "este Tribunal está adstrito, por imposição constitucional e legal, a realizar fiscalização, inspeção ou auditoria por iniciativa da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal ou das respectivas comissões técnicas ou de inquérito".

Em pedido encaminhado ao TCE-ES, juiz da Vara da Fazenda Pública de Colatina solicitou a colaboração da Corte de Contas para elaborar documento que o auxilie no julgamento da Ação Ordinária 0002693-62.2013.8.08.0014.

Ressarcimento para ex-prefeito de Conceição da Barra

(processo 3181/2009)

O prefeito de Conceição da Barra, no exercício de 2008, Manoel Pereira da Fonseca será notificado para que recolha ao erário municipal a importância equivalente a 2.760,44 VRTE. O pagamento tempestivo permitirá o julgamento pela regularidade com ressalva das contas o processo de fiscalização foi convertido em Tomada de Contas Especial.

Dentre as irregularidades, estão: contratação de empresa em prejuízo à competitividade, economicidade e proposta mais vantajosa; ausência de pesquisa prévia de preços; ausência de controle de abastecimento de combustível; falta de licitação; falta de controle e conservação dos medicamentos e armazenamento indevido; contratação de assessoria para realização de serviços rotineiros; controle inconsistente de material permanente; irregularidade na contratação de shows; contratação de servidores acima do quantitativo legal; extravio de processo administrativo e pagamento de despesas sem saldo orçamentário.

Acompanhando na íntegra a área técnica e o MPEC quanto às irregularidades e a imputação do ressarcimento, o relator, conselheiro Sérgio Aboudib, acrescentou em seu voto que se dê ciência ao interessado de que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente, saneará o processo, hipótese em que o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva. Transcorrido o prazo para recolhimento do débito, não havendo o pagamento, as contas serão julgadas irregulares.

Multa de R\$ 3 mil para ex-prefeito de Santa Maria de Jetibá

(Processo 432/2010)

Em razão da realização de pagamentos sem prévio procedimento licitatório, o ex-prefeito de Santa Maria de Jetibá, no exercício de 2009, Hilário Roepke, foi multado em R\$ 3.000,00. Denúncia recebida pela Corte e apurada pela área técnica em auditoria especial, apontou que a administração pública municipal contratou junto à empresa Jeticar Auto Center Ltda. EPP o valor de R\$ 12.077,00, todavia sem a realização de procedimento licitatório, em arrepio à Lei 8.666/1993.

A área técnica sugeriu, ainda, a deflagração de outro processo fiscalizatório a fim de apurar irregularidades narradas na mesma denúncia. No entanto, em razão da ocorrência de coisa julgada administrativa - Acórdão TC-282/2010 o relator, conselheiro Sérgio Borges, não acompanhou, seguindo o parecer do Ministério Público de Contas.

Gestores são multados por omissão de dados - 3746/2014, 4405/2014, 4423/2014, 11054/2014, 3149/2014 e 11057/2014 Gestores municipais foram multados em razão da omissão de arquivos de prestações de contas anual e bimestrais. O conselheiro Rodrigo Chamoun, relator, aplicou multa de R\$ 10.000,00 para a prefeita de Rio Novo do Sul, Maria Albertina Menegardo Freitas, pela omissão dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º Bimestres/2013 e meses 13 e 14/2013. A gestora também foi multada em R\$ 3.000,00 pelo não envio dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa à Abertura, 1º e 2º bimestres/2014; e em R\$ 1.000,00 pela omissão dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa ao 4º bimestre/2014.

O prefeito de Brejetuba, João do Carmo Dias, recebeu penalidade de R\$ 3.000,00 pela omissão dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa à Abertura, 1º de 2º bimestres/2014. Já o Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Norte foi multado em R\$ 1.000,00 pelo não envio da prestação de contas do 4º bimestre/2014 e em R\$ 5.000,00 pela omissão de diversos documentos relacionados à Prestação de Contas Anual de 2013.

O conselheiro Sérgio Borges também aplicou multa de R\$ 3.000,00 ao prefeito de João Neiva, Romero Gobbo Figueiredo, pela omissão de remessa da Prestação de Contas Bimestral relativo ao 4º bimestre de 2014.

Gestores são multados por omissão de dados

(Processos 3746/2014, 4405/2014, 4423/2014, 11054/2014, 3149/2014 e 11057/2014)

Gestores municipais foram multados em razão da omissão de arquivos de prestações de contas anual e bimestrais. O conselheiro Rodrigo Chamoun, relator, aplicou multa de R\$ 10.000,00 para a prefeita de Rio Novo do Sul, Maria Albertina Menegardo Freitas, pela omissão dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º Bimestres/2013 e meses 13 e 14/2013. A gestora também foi multada em R\$ 3.000,00 pelo não envio dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa à Abertura, 1º e 2º bimestres/2014; e em R\$ 1.000,00 pela omissão dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa ao 4º bimestre/2014.

O prefeito de Brejetuba, João do Carmo Dias, recebeu penalidade de R\$ 3.000,00 pela omissão dos arquivos da Prestação de Contas Bimestral, relativa à Abertura, 1º de 2º bimestres/2014. Já o Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Norte foi multado em R\$ 1.000,00 pelo não envio da prestação de contas do 4º bimestre/2014 e em R\$ 5.000,00 pela omissão de diversos documentos relacionados à Prestação de Contas Anual de 2013.

O conselheiro Sérgio Borges também aplicou multa de R\$ 3.000,00 ao prefeito de João Neiva, Romero Gobbo Figueiredo, pela omissão de remessa da Prestação de Contas Bimestral relativo ao 4º bimestre de 2014.